

## O papel dos literatos no processo de modernização brasileiro

LARA JOGAIB NUNES <sup>1</sup>

Os primeiros anos do século XX no Brasil foram marcados por intensas transformações, realizadas em grande parte no Rio de Janeiro. A troca de regime político implementada em 1889, que resultou na proclamação da República e colocou um ponto final no período imperial, trouxe à tona uma série de desejos por mudanças mais profundas gestadas na sociedade brasileira desde as últimas décadas do século anterior. Nossa análise neste artigo procura compreender o papel do grupo letrado brasileiro na derrubada do Império, entendendo ainda a ampliação da sua atuação com o processo de modernização desenvolvido nos primeiros anos do período republicano.

É neste sentido que olhamos para a capital federal como uma cidade das letras, um espaço onde, para o crítico literário Angel Rama (1985), os letrados – escritores, artistas, advogados, jornalistas, médicos e engenheiros – participavam ativamente. Eles estavam desde as últimas décadas do século XIX produzindo ideias, fomentando debates, traduzindo para a população as resoluções políticas e registrando dos acontecimentos em voga na cidade.

### *O regime imperial chega ao fim*

O período imperial foi definitivamente encerrado no Brasil com a proclamação da República, em 1889. Mas se analisarmos o cenário econômico, social e cultural daquele momento, relativizaremos esse marco como decisivo para colocar fim ao regime. As sementes foram plantadas desde 1870, quando temos a publicação do *Manifesto Republicano*. Podemos entendê-lo como uma das evidências de que a sociedade brasileira, ali representada por sua camada letrada, desejava um novo rumo para o país. Esses homens viam a chegada da República como porta de entrada para o Brasil na civilização moderna.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

Entre os fatores que colaboraram para fazer ruir as bases de sustentação da Coroa portuguesa no Brasil, podemos elencar as leis sucessivas que culminaram com a abolição da escravatura e o descontentamento da elite cafeeira do Vale do Paraíba com essa situação, que retirou o apoio ao governo ao não receber qualquer tipo de indenização por ter que libertar seus escravos. Ao passo em que isso acontecia, aumentavam as pressões dos fazendeiros do café do Oeste paulista por incentivos do governo à vinda de imigrantes para o país, mão de obra utilizada por eles nas plantações cafeeiras.

Há ainda a questão militar que envolveu os soldados que lutaram na Guerra do Paraguai e pleiteavam maior reconhecimento do poder imperial a sua função, querendo se constituir como uma categoria profissional. As dificuldades que a Coroa encontrava não lidar com esse grupo se estendeu aos interesses da igreja Católica, que também desejava o fortalecimento do seu poder.

Margarida de Souza Neves (2006, p. 29) resume o quadro da seguinte forma:

Do ponto de vista da política era explosiva a combinação entre a perda de apoio político da monarquia por parte de setores influentes, como os cafeicultores do Vale do Paraíba – grande parte deles com interesses escravistas – e do Oeste paulista – que consideravam insuficientes os esforços de modernização do Império; os descontentamentos militares; a instabilidade da política imperial para lidar com os interesses corporativos da Igreja Católica, a saúde periclitante do monarca que punha de manifesto a chama questão dinástica (...); e também da propaganda dos partidários da República (...).

Não desmerecendo a importância dos outros fatores, é neste último citado pela historiadora que nos concentramos. A publicação do *Manifesto Republicano*, ocorrida em 3 de dezembro de 1870, no mais novo jornal em circulação no Império – *A República*, pode ser vista como um fator que evidencia a insatisfação da camada letrada do Brasil com o regime vigente até então. Ainda que o documento não tivesse como intenção provocar uma revolução física na sociedade, ele procurou esclarecer as motivações que levaram a tal ato e incitou a discussão sobre a continuação da Monarquia, mantendo a ordem social e colhendo adesões.

A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
PAULISTA

obra de patriotismo e não de exclusivismo, e aceitando a participação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos<sup>2</sup>.

O *Manifesto* vinha assinado por 58 pessoas, fundadoras do Partido Republicano<sup>3</sup>, onde se encontravam, inclusive, homens que haviam participado do governo imperial. O que importava era que, agora, eles se identificavam com as causas republicanas. Entre eles estavam alguns ex-deputados como José Maria de Albuquerque Mello, pelo Rio Grande do Norte; Henrique Limpo de Abreu por Minas Gerais; Aristides da Silveira Lobo, por Alagoas. O primeiro signatário, inclusive, foi Joaquim Saldanha Marinho que, além de ser ex-deputado por Pernambuco, foi ex-presidente de Minas Gerais e São Paulo. Assinaram também o documento jornalistas, advogados, médicos, funcionários públicos, etc.

No *Jornal do Commercio*, de 1º de dezembro de 1889, inclusive, percebemos esta preocupação em não excluir quem não era defensor do republicanismo de origem, pois o que importava era aumentar os adeptos ao novo regime. “O momento presente não é muito próprio para se discriminarem exclusões. Pelo contrário, é de abrir os braços para todos. Antes de ser partidária rigorosamente, a República tem que ser nacional”<sup>4</sup>.

Os republicanos históricos, sobretudo os fazendeiros paulistas, defendiam a adesão do Brasil ao modo de governo federalista praticado nos Estados Unidos da América. “Somos da América e queremos ser americanos” (CARVALHO, 2008, p. 24). A Monarquia como era instituída, na visão deles, isolava o país por não alinhá-lo nem à América nem à Europa. A constituição do Brasil como federação, com respeito aos princípios democráticos, seria a melhor forma de conduzir o país ao progresso e à modernidade. Com estados independentes, os laços de união seriam mantidos através da nacionalidade e da solidariedade de interesses comuns.

Após a fundação do Partido Republicano do Rio de Janeiro, outros tantos também surgiram. Emilia Viotti Costa ressalta que não se pode “superestimar o papel do partido republicano. Embora difundido por todo o país, ele não contava grande número de adeptos, com exceção dos núcleos de São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”

<sup>2</sup> Texto disponível na íntegra no site em: <http://www.aslegis.org.br/cadernos-aslegis/todas-as-edicoes/2009/37-120-anos-de-republica-e-federacao/218-o-manifesto-republicano-de-1870>. Acesso: janeiro de 2012.

<sup>3</sup> O Partido Republicano foi fundado em 17 de janeiro de 1872 e era formado, principalmente, por profissionais liberais paulistas ligados aos setores urbanos.

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio*, 1º de dezembro de 1889, p. 1.

(COSTA, 1999, p. 457). Ela destaca, ainda, que as ideias republicanas vinham sendo desenvolvidas no Brasil desde o período colonial. Se naquela época defendiam a emancipação do país, após a independência elas passaram a ser contra o regime vigente.

Devemos ainda entender que, nesse momento, os ideais republicanos vinham carregados de significado. Não era apenas uma mudança política que se desejava, mas uma modificação mais profunda na sociedade brasileira. Para uma parcela dos defensores do novo regime, os conceitos de democracia e liberdade eram inerentes ao que se acreditava ser o republicanismo. Maria Tereza Chaves de Mello (2011) coloca que havia uma “tradição americana de liberdade”, iniciada na independência e que seria concluída com a proclamação. Tal liberdade também seria reafirmada por um viés democrático, com maior participação popular na condução do governo.

Todos esses desejos vinham aumentando de intensidade desde 1870. Para Ângela Alonso (2002, p. 23) o período se caracterizou como aquele em que se deu o “movimento de ideias novas”. Borbulhavam pela Europa teorias como a do evolucionismo, cientificismo, positivismo e parte do grupo letrado brasileiro – partidário do sistema republicano – se baseava nessas escolas de pensamento para defender esse regime. Cultivavam uma nova cultura no Brasil, tendo a República como o caminho natural para se chegar ao progresso. É novamente Maria Tereza Chaves (2007, p. 144) quem ratifica esse posicionamento afirmando que a República era vista como uma “inevitabilidade histórica”. O republicanismo adotado por alguns países europeus era visto como um modelo mais adequado do que a Monarquia vigente no Brasil.

Nesse contexto, entendemos esse manifesto como uma clara evidência de que a camada letrada existente no país estava se movimentando para externar suas ideias, embebidas por conceitos como progresso e civilização. A publicação desse documento era uma prova sólida disso. E sua atuação não parou por aí. Como veremos em seguida, os jornais foram bastante utilizados pela camada letrada para difusão do seu ponto de vista. Foi assim que eles conseguiram ajudar a minar as bases de sustentação do regime imperial.

### *Entendendo a Cidade das Letras e a função dos letrados*

Em seu *Cidade das Letras*, Angel Rama nos apresenta o papel dos grupos sociais letrados nas cidades em desenvolvimento na América Latina. Ele procura visualizar as relações entre esses homens e o poder político constituído. Nesse artigo iremos observar o Rio de Janeiro do período que o crítico intitulou como *A cidade modernizada*, no qual relata os processos de modernização inaugurados na região a partir de 1870 e que não contemplaram apenas o Brasil, mas países como Argentina e Uruguai. Contudo, para entender esse período, precisamos observar como a função dos letrados foi se ampliando ao longo do tempo.

A cidade letrada se constituía enquanto uma força política indispensável para a condução da política local desde os séculos XV e XVI, quando a monarquia absolutista europeia se impunha na América. O que nos interessa observar é que, já nesse momento, há o surgimento de uma “cidade imaterial”, composta pelos letrados que se abrigava no seio da cidade física, material e palpável (RAMA, 1985, p. 42). Essa cidade letrada, desde a sua origem até o século XIX, teve como seus campos principais de atuação ligados à esfera política. Esses homens, através da ordenação dos signos, criavam os sistemas que regiam a sua sociedade, aproximando-se do poder político ou até mesmo exercendo-o. Eles mantinham o poder nas mãos das classes dirigentes, grupo do qual faziam parte de alguma forma, e distantes do homem comum da sociedade.

A proximidade com as forças políticas não os impediu de tentar se constituírem como um poder autônomo dentro das instituições. A importância da função exercida por eles dentro da sociedade era indiscutível, uma vez que eles não somente serviam a um poder, como também eram donos de um poder, que consistia, justamente, em dominar a letra de forma a conseguirem, no momento de sua aplicação, enxertar seus próprios conceitos e experiências (RAMA, 1985, p.48).

A atuação dessa cidade era voltada para a dimensão simbólica, na qual os homens das letras interpretavam, ordenavam e sistematizavam os signos. Isto é, seu papel concentrava-se no plano teórico, na manipulação dos signos e na construção de seus significados. Esses signos apresentavam um labirinto de possibilidades de interpretação e para desvendá-lo eram necessárias a racionalidade e a inteligência próprias daqueles que compunham a camada dos letrados. Assim, de acordo com a forma que eles interpretavam os signos, conseguiam conceber uma cidade ideal.

Vemos, assim, que a função fundamental dos letrados dentro das sociedades latino-americanas pré-modernização ligava-se ao exercício e/ou manutenção do poder político. A partir de 1870 houve, como nos diz Rama (1985, 76), uma ampliação da cidade letrada, incluindo a dimensão crítica a esse poder. Os processos de modernização resultaram no fortalecimento dos núcleos urbanos – espaços primordiais de desenvolvimento desse grupo. A divisão do trabalho decorrente do amadurecimento da modernização capitalista não afastou a importância desses homens da política, mas criou novos campos de atuação para os mesmos, onde eram necessários técnicas e conhecimentos específicos.

Rama (1985, p. 105) afirma que muitos desses letrados passaram a enxergar que dedicar seus esforços à produção artística era mais rentável economicamente e, talvez, menos desgastante do que atuar no cenário político. O jornalismo como atividade profissional também foi uma das saídas utilizadas durante esse momento de modernização para que os letrados conseguirem exercer essa nova função. “E como a literatura não era na realidade uma profissão, mas uma vocação, os homens de letras se converteram em jornalistas ou professores, quando não em ambas as coisas” (*apud* RAMA, 1985, p. 165). Para àqueles letrados que iriam atuar como jornalistas, era preciso estar próximo ao centro das decisões governamentais. Isso aproximava esses homens dos acontecimentos políticos, fonte de inspiração para muitos deles, e agilizava o acesso às informações utilizadas como matéria prima para fazer os seus textos.

Essa agilidade era de extrema importância na modernidade. Enquanto as cidades se transfiguravam urbanisticamente, transforma-se também a noção de tempo. O tempo moderno faz com que tudo ande em outra velocidade, sempre mais rápido. Deve-se romper com o passado e dilatar o presente. Sendo que este último traz em si a expectativa de ser sempre melhor em relação ao primeiro (GANEGBIN, 1997, p. 139). Nessa concepção o que importa é o presente, o atual, ao passado cabe um sentimento quase que romântico por ser visto como um período onde tudo ocorre numa outra velocidade, em que a contemplação tinha espaço.

### ***O Rio de Janeiro como Cidade das Letras***

No início do século XX, a capital federal brasileira atraiu olhares bastante atentos não só dos outros estados, mas também de outros países. O governo republicano e a elite brasileira

estavam decididos a fazer com que a cidade entrasse no novo século em processo de modernização tal como acontecia nas suas vizinhas, Buenos Aires e Montevideú. Essas três cidades carregavam a importância de ser o berço da vida cultural, a base econômica, o modelo de sociedade e o núcleo de concentração da intelectualidade para as demais regiões do país.

Na modernidade que se inaugurava no Brasil, esse novo tempo bem mais veloz que o anterior, percebemos que os letrados procuravam abrigo na capital federal, necessidade fundamental daquele período. “Depois de consolidada a República, (...) era preciso construir um palco ilusionista para representar os tempos modernos com todos os seus aparatos” (GOMES, 2008, p.113). Estar onde os fatos aconteciam aumentava as chances de se viver do ofício de escrever. Se no tempo que em Machado de Assis e Olavo Bilac começaram a se dedicar à literatura isso ainda não era possível<sup>5</sup>, a geração que se inicia na escrita no período republicano, quando a modernidade está em voga, parece ter esse firme propósito. João do Rio e Luis Edmundo são alguns desses nomes, que utilizavam os recursos literários nas páginas dos jornais.

Refletindo sobre o papel da cidade como polo de atração dos literatos brasileiros, podemos observar nas entrevistas realizadas por João do Rio, reunidas posteriormente sob o título *O Momento Literário*, o posicionamento deles mesmo sobre a literatura que se produzia fora do estado. O cronista pretendia compreender se esse grupo social acreditava que poderiam surgir novas literaturas no país a partir do desenvolvimento de centros literários fora da capital federal.

O escritor Lima Campos, respondendo ao cronista, definiu bem como classificava o papel do Rio de Janeiro: “O Rio no Brasil, como Paris na França, e como todas as capitais de todos os países, como exceção da Alemanha, cujo verdadeiro centro intelectual artístico é Munique – é e será sempre a grande atração das intelectualidades provincianas” (RIO, p. 28)<sup>6</sup>.

O ensaísta, professor, advogado e diplomata Sousa Bandeira, nascido em Recife e que se mudou para a capital federal na última década do século XIX, foi taxativo em sua opinião. Ele reconheceu a qualidade dos literatos de outros estados, mas salientou que a produção literária deles só ganha fôlego realmente quando eles vêm para o Rio de Janeiro. Ao

<sup>5</sup> Machado de Assis também era funcionário público. Já Olavo Bilac iniciou os estudos de Direito e Medicina, embora não tenha terminado nenhum deles.

<sup>6</sup> A versão utilizada é domínio público e encontra-se disponível no link: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2144](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2144) Acesso: jul/2012

que nos parece, Bandeira dizia, inclusive, que os próprios literatos ansiavam o momento de ir para a capital, onde poderiam atuar como tal.

O Rio de Janeiro é sempre o grande centro para onde converge a vida social, política e cultural do país. (...) Finalmente, a maioria dos escritores que florescem na Capital Federal são filhos das províncias, que, depois de haverem passado nelas a adolescência ou a mocidade (precisamente as épocas em que as impressões estéticas calam mais fundo), vêm para aqui despender o capital intelectual que lá entesouraram. (...) E pelos Estados existem atualmente numerosas aptidões literárias que aspiram pelo momento em que a seu turno possam se exercer no Rio de Janeiro com os materiais que hoje estão acumulando (RIO, p. 88-89).

O poeta carioca Gustavo Santiago corroborou com essa opinião. Ele encarava a vida nos outros estados como uma mera “repercussão” do que se passava no Rio de Janeiro. Mesmo reconhecendo que eles possuíam traços particulares, para o poeta, eles não poderiam ter “modos de vida perfeitamente próprios” (RIO, p. 91).

O jornalista, historiador e crítico literário João Ribeiro foi mais ameno em suas palavras no sentido de destacar a capital. Escreveu em sua carta resposta a João do Rio que não havia talentos classificados como do Sul ou do Norte, mas sim “talentos brasileiros”. Acreditava que apenas num futuro que ainda estaria bem distante, talvez em 2500, pudéssemos ter uma variedade de literaturas no território brasileiro.

A análise das 27 entrevistas feitas por João do Rio e publicadas na *Gazeta de Notícias*<sup>7</sup> nos mostrou que todos os literatos, uns bem enfaticamente, outros de forma mais indireta, pensavam da mesma forma. Eles enxergavam o Rio de Janeiro como o principal centro difusor da literatura brasileira, não desmerecendo os demais estados, porém destacando que a capital, além de produzir literatos, atraía aqueles que não moravam por lá. O centro literário brasileiro, para eles, era o Rio de Janeiro – a Cidade das Letras – e não viam possibilidade de isso mudar.

Apenas em uma entrevista notamos um posicionamento diferenciado. Magnus Söndhal, poeta e jornalista – ou no dizer de João do Rio, “o escritor complicado, cheio de palavras exóticas” (RIO, p. 77) – ressalta que o surgimento de núcleos literários regionais resultaria em novas tendências na área, diversos uns dos outros, assim como da capital.

---

<sup>7</sup> A versão publicada em livro consta mais nove entrevistas que não foram publicadas na *Gazeta de Notícias*.

“Embora o desenvolvimento da literatura, (...), dependa essencialmente de uma Educação superior, (...) ainda assim a fundação e a multiplicação de centro Literários nos Estados tendem a beneficiar progressivamente a evolução da Arte Literária no País” (RIO, p. 80).

Independentemente do que pensavam os literatos, vimos aparecer no interior do Rio de Janeiro uma camada letrada responsável pela difusão de ideias, principalmente em relação aos acontecimentos políticos e culturais da sociedade. Essa camada constituía aquilo que apresentamos anteriormente como a “cidade letrada” conceituada pelo crítico literário Angel Rama.

No Rio de Janeiro, essa cidade letrada nos parece ser, como nos apresenta Renato Cordeiro Gomes (2008, p. 126) nas suas reflexões sobre Marques Rebelo, apenas uma das cidades existentes dentro do Rio de Janeiro. Um lugar que possui uma infinidade de tipos humanos, uma geografia irregular que induz a formação de diferentes espaços. “(...) a superfície múltipla e fragmentada da cidade, para um todo heterogêneo que resista à homogeneização do processo moderno”.

Intencionamos nesse artigo fazer uma breve exposição de como a camada letrada brasileira se concentrou no Rio de Janeiro – o centro político, econômico, social e cultural do país. Vimos que, desde 1870, esse grupo vem se destacando como ideólogo de uma sociedade em pleno momento de transformação. Eles utilizavam seus recursos – o domínio das palavras e as páginas dos jornais – para evidenciar seu posicionamento. Com a chegada da República e da modernidade, seu papel foi ainda mais preponderante. Conseguimos perceber como eles atuaram decisivamente para a mudança do regime político e como o processo de modernização trouxe em seu bojo uma ampliação da atuação desses homens.

## Referências Bibliográficas

# XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH  
BRASIL

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento** – a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** – O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelarie, Benjamin e o Moderno. In: \_\_\_\_\_. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**. Literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A república e o sonho. **Varia História**. Volume 27, número 45, Belo Horizonte. Jan/Jun de 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000100006&script=sci\\_arttext#9a](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000100006&script=sci_arttext#9a)

Acesso: jul/2012

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano** – o tempo liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. Rio de Janeiro: FGV, Edur, 2007, p. 144

RIO, João do. **O momento literário**. Domínio público. Disponível em:

[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=2144](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2144) Acesso: jul/2012